



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 30ª Conferência Regional da FAO para a América Latina e Caribe

Palácio Itamaraty, 16 de abril de 2008

Meu caro companheiro Jacques Diouf, diretor-geral da FAO,
Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores,
Meu caro Noori Naeni presidente independente do conselho da FAO,
Meu caro Reinhold Stephanes, ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento,

Meu caro Guilherme Cassel, ministro do Desenvolvimento Agrário,
Meu caro companheiro Altemir Gregolin, secretário especial de Aqüicultura e Pesca,

Senhora Arlete Sampaio, ministra-interina do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

Meu caro companheiro José Graziano, diretor-regional da FAO para América Latina e Caribe,

Senhoras e senhores participantes da 30ª Conferência Regional da FAO para América Latina e Caribe,

Companheiros ministros de países da América Latina e Caribe,

Delegados,

Companheiros embaixadores,

Amigos da imprensa,

Minhas boas-vindas aos participantes desta Conferência Regional da FAO.

A luta contra a fome e a pobreza voltou às manchetes e à atenção da comunidade internacional.

A visibilidade desse grave problema, que estou denunciando e



combatendo desde o primeiro dia de meu governo, se deve ao aumento global dos preços dos alimentos. Um aumento que, nos últimos dias, levou muitas pessoas, desesperadas com a falta de comida, a manifestarem nas ruas de várias cidades do mundo em desenvolvimento.

Esse fenômeno não tem uma única explicação. Resulta de uma combinação de fatores: a alta do preço do petróleo; quedas nas safras de vários países, causadas por fenômenos climáticos adversos; aumento dos fretes; mudanças cambiais; especulação nos mercados financeiros e aumento do consumo de alimentos em países em desenvolvimento, como China, Índia, Brasil e tantos outros países pobres.

Para enfrentar o problema de forma consistente, é necessário evitar generalizações e reducionismos.

O impacto dos fenômenos meteorológicos, por exemplo, faz parte da história da agricultura no mundo. A novidade, que é muito bem-vinda, é o fato de mais pessoas estarem comendo e comendo melhor. Isso mostra avanços no combate à fome, à pobreza e à desigualdade.

Precisamos de soluções emergenciais para mitigar a crise atual. Mas precisamos, sobretudo, de alternativas de longo prazo para reduzir a vulnerabilidade de muitos países frente ao agravamento desses problemas.

A situação é grave em partes do mundo. Em nossa região, o Haiti está sendo duramente afetado. O Brasil, na semana passada, enviou 14 toneladas de alimentos para esse país e contribuiu com recursos para que o Programa Mundial de Alimentos comprasse e distribuísse comida ao povo haitiano. Esperamos que essas iniciativas sejam seguidas por outros países. Esperamos, também, que essa situação tão dramática convença os países ricos de que a estabilidade do Haiti passa, necessariamente, por sua viabilidade econômica e social.

A crise de segurança alimentar mundial exige a ampliação urgente de recursos para combater a fome e a miséria. O Brasil começou a fazer sua



parte. No âmbito da Ação Internacional contra a Fome e a Pobreza, propusemos a criação de mecanismos financeiros inovadores. Obtivemos resultados na área da saúde, mas estamos longe de ter os instrumentos suficientes para enfrentar desafios dessa magnitude.

O financiamento ao desenvolvimento ganhou destaque nas agendas da ONU, do Banco Mundial, do FMI e do G-8. Mas é lamentável que os países desenvolvidos só reajam com mais empenho em situações de emergência.

A chamada crise mundial de alimentos é, acima de tudo, uma crise de oportunidades e de distribuição. A cada dia, 854 milhões de homens, mulheres e crianças continuam a dormir com fome. Essa situação para todos nós é intolerável.

No meu governo, o direito à alimentação passou a fazer parte central da agenda de políticas públicas. Ampliamos a reforma agrária, o apoio à agricultura familiar, a concessão de créditos e a assistência técnica à comercialização dos produtos agrícolas. A aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, em 2006, fez do acesso à alimentação uma política permanente do Estado brasileiro. Aplicamos políticas sociais que aumentam a renda das pessoas.

O Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda da história do Brasil. Beneficia hoje mais de 11 milhões de famílias pobres do nosso País. Ao proporcionar renda mínima e boa alimentação a tantos brasileiros, estamos contribuindo para que eles sejam mais produtivos, tenham mais saúde e para que seus filhos tenham melhores condições para educar-se.

Estamos avançando. A América Latina e o Caribe poderá vir a ser a única região a ter cumprido, em 2015, os compromissos da Cúpula Mundial da Alimentação e a primeira Meta do Milênio, de redução do número de pessoas com fome.

Mas queremos mais: queremos erradicar a fome em nosso continente. A Iniciativa “América Latina e Caribe Sem Fome”, que Brasil e Guatemala



lançaram em 2006, traduz esse compromisso político.

Meu caro companheiro Diouf,

As estruturas criadas pela comunidade internacional até hoje não estão preparadas para receber os milhões que estão sendo socialmente incluídos. É preciso produzir mais e distribuir melhor. O Brasil, como potência agrícola, está empenhado em aumentar sua produção. Mas isso não basta.

O mundo precisa, também, de políticas globais comprometidas com a superação do problema, e não meros paliativos e remendos.

A incapacidade de muitos países de produzir seus próprios alimentos se deve a décadas e, por vezes, séculos de distorções no comércio internacional de produtos agrícolas. Pesa o protecionismo. Pesam os subsídios da agricultura dos ricos que tiram condições de competitividade do pequeno agricultor. Essas distorções criaram dependência, quando não o desmantelamento de estruturas produtivas inteiras.

O conceito de segurança alimentar passou a ser distorcido, por alguns, para justificar práticas protecionistas que não prejudicam os países que sofrem com a falta de comida e de opções econômicas.

A ajuda alimentar deve ser complementada pela cooperação produtiva e pela abertura de novos mercados e oportunidades.

A verdadeira segurança alimentar tem que ser global e baseada na cooperação. Deve ser forjada a partir de uma combinação de medidas que funcionem em situações emergenciais, como a atual, mas exige, sobretudo, soluções de longo prazo.

A superação dos entraves atuais requer, evidentemente, uma conclusão bem-sucedida, o quanto antes, da Rodada de Doha da OMC. Um acordo que deixe de tratar o comércio agrícola como uma exceção às regras. Que permita aos países mais pobres gerar renda com sua produção e exportação.

Passa, também, pelo aumento da cooperação em agricultura, como o Brasil tem feito com seus parceiros africanos e da América Central e do Caribe.



A expansão desse tipo de iniciativa pode se beneficiar enormemente com a elaboração de novas parcerias, que permitam a cooperação triangular.

O Brasil também tem insistido no enorme potencial dos biocombustíveis, como instrumento de transformação econômica e social nos países mais pobres. Eles geram renda e empregos, sobretudo no campo. Produzem energia limpa e renovável. São exemplo de sustentabilidade, de equilíbrio entre os aspectos ambiental, social e econômico. Esse é o projeto no qual deposito grande esperança, sobretudo para o futuro de muitos países africanos, asiáticos, da América Central e do Caribe.

É com crescente espanto que vejo, portanto, tentativas de criar uma relação de causa e efeito entre o desenvolvimento dos biocombustíveis e a escassez de alimentos ou o aumento de seus preços.

Meu espanto é maior quando constato que são poucos os que mencionam o impacto negativo do aumento dos preços do petróleo sobre os custos de produção e transporte dos alimentos, sobre os custos de produção de fertilizantes. Que poucos se revoltam contra o impacto nocivo e duradouro dos subsídios e do protecionismo. Que muitos criticam, em vez de celebrar, o aumento do consumo de alimentos nos países em desenvolvimento mais dinâmicos.

É sempre mais fácil escolher respostas simplistas. Esconder interesses econômicos e agendas políticas por trás de supostas preocupações sociais e ambientais. É difícil discutir esses temas com base em fatos.

Os biocombustíveis não são o vilão que ameaça a segurança alimentar das nações mais pobres. Ao contrário, desde que desenvolvidos de forma criteriosa, de acordo com a realidade de cada país, podem ser um instrumento essencial para gerar renda e tirar países da insegurança alimentar e energética. É isso que diz o nosso companheiro Sachs: o papel que as bioenergias podem desempenhar na contenção dos impactos negativos da mudança climática, na busca de oportunidades de emprego no campo e na



construção de modelos alternativos de desenvolvimento.

A produção brasileira de etanol à base de cana-de-açúcar ocupa uma parte ínfima das terras agricultáveis, não reduz a área de produção de alimentos, nem as utiliza para sua produção. Sua expansão tem sido feita com base em ganhos de produtividade e no melhor aproveitamento de terras usadas para pastagens. Não há riscos de produção na Amazônia, nem de deslocamento de produções. O mesmo se aplica ao biodiesel, que estamos crescentemente ancorando na agricultura familiar.

Em todos os casos, estamos cercando a produção de biocombustíveis de garantias ambientais, trabalhistas e relacionadas à segurança alimentar.

Outros países terão de fazer seus estudos e decidir se podem ou não podem produzir biocombustíveis, e em que extensão. Precisarão definir quais plantas são mais adequadas para suas necessidades. Terão que escolher projetos em função de critérios econômicos, sociais e ambientais.

Mais de 100 países têm vocação natural para produzir biocombustíveis de forma sustentável. Em muitos deles, menos de 20% da população têm acesso a fontes de energia para as suas necessidades básicas. São esses 100 países, caso a caso, que precisam tomar decisões a respeito da conveniência ou não de adotar os biocombustíveis. Essas decisões não devem ser impostas por outros através de pressões e medidas protecionistas.

O verdadeiro “crime contra a humanidade” será descartar ‘a priori’ os biocombustíveis e relegar os países estrangulados pela falta de alimentos e de energia à dependência e à insegurança.

Para garantir que o necessário debate sobre os biocombustíveis seja realizado de forma equilibrada, estou convidando autoridades governamentais, cientistas e representantes da sociedade civil de todos os países interessados em participar da Conferência Internacional de Biocombustíveis, no próximo mês de novembro, no estado de São Paulo, no Brasil. Queremos discutir, de maneira franca e informada, os desafios e oportunidades que temos pela



frente.

O papel da FAO, meu caro Diouf, nesse trabalho de esclarecimento é extremamente fundamental. Espero poder continuar contando com a ação equilibrada do seu Diretor-Geral e de seus colaboradores.

Meus companheiros e minhas companheiras,

Companheiro Diouf e demais companheiros,

Os países da América Latina, do Caribe, países africanos e países asiáticos não podem e não devem fugir a esse debate, tanto o debate da segurança alimentar quanto o debate dos biocombustíveis. Esse é um debate que precisa ser feito de forma racional, sem o emocional, sem o viés ideológico, seja pela direita ou seja pela esquerda. É preciso fundamentos científicos para que a gente possa discutir que saída nós vamos oferecer ao mundo nos próximos anos.

Os países pobres não podem mais assumir a culpabilidade pelas coisas que os países ricos fazem. Aprovam, em Quioto, o compromisso de que todos irão contribuir para diminuir o aquecimento global, entretanto a responsabilidade está jogada nas costas dos países pobres. Dizem aos países pobres que não podem desmatar as suas florestas porque eles criaram uma coisa chamada crédito de carbono, que vai financiar os países pobres. E eu gostaria de saber quantos países pobres já receberam crédito de carbono para poder financiar o desenvolvimento sem afetar a floresta. Da mesma forma, não são os países pobres os responsáveis pelo aumento do petróleo, não são os países pobres os responsáveis pela emissão de CO₂. Entretanto, são os países pobres vítimas dessas políticas. Primeiro, a política de proteção de seus mercados, ou seja, nós estamos agora para fechar o acordo da Rodada de Roha da OMC. E uma das coisas que o G-20, também representando pelo nosso ministro Celso Amorim nas mesas de negociações, é que se não houver abertura de mercado agrícola europeu para os produtos agrícolas dos países pobres, é muito difícil ter acordo e alguém vai ter que assumir a



responsabilidade histórica. Se não houver uma diminuição dos subsídios agrícolas, que os países ricos financiam os seus produtores, dificilmente os países pobres poderão ser competitivos no mercado agrícola.

Ora, se nós não temos tecnologia, se nós não temos petróleo, e não estou falando pelo Brasil, porque no que diz respeito à agricultura, o Brasil é competitivo com qualquer país do mundo. Eu estou falando por outras dezenas e centenas de países que não têm nem tecnologia, tampouco têm política desenvolvida do ponto de vista industrial e que não têm tecnologia para a agricultura. E mais grave ainda é que os países pobres, muitas vezes, quando colhem a sua produção, o que colheram não dá para pagar o fertilizante que compraram das empresas multinacionais normalmente dos países ricos deste mundo.

Ou nós fazemos esta discussão, com a seriedade que ela precisa ter, ou nós a cada vez que tiver um movimento como teve no Haiti, vamos fazer política emergenciais de mandar um pouquinho de comida para saciar momentaneamente a fome dessas pessoas e vamos esperar que haja um outro movimento. A coisa é tão engraçada que um país produtor agrícola, que (inaudível) deveria ter uma bolsa de mercadoria só para calibrar o preço da soja, calibrar o preço do milho, calibrar o preço do arroz, do feijão. Nós temos que ver os preços que são determinados em Chicago.

Se o mundo globalizado está passando por transformações, eu penso que os países considerados em desenvolvimento e os países pobres precisam fazer valer a sua lógica. A lógica de colocar no centro do debate o nosso problema. Vou dar um exemplo para vocês: Na década de 80 e na década de 90, cada delegado que está aqui deve ter visto no seu país descer uma delegação do FMI para dizer que tinha que fazer ajuste fiscal, que tinha que cuidar dos juros, que tinha que cuidar de diminuir o Estado porque senão estaria quebrado. É engraçado que eu não vi o FMI dar uma única opinião



sobre a crise americana. Até quando nós vamos aceitar o papel de sermos coadjuvantes do cenário internacional? Até quando?

Eu espero companheiro Diouf, e você sabe o carinho que eu tenho pela FAO, você sabe que aqui, no nosso País, nós temos feito nos últimos anos uma revolução na inclusão social sem precedentes na nossa história. Temos consciência de que não é possível consertar o desacerto de 500 anos em cinco, 10 ou 15 anos, nós temos consciência que é um processo. Mas o Brasil quer se orgulhar de ser o primeiro país a cumprir todas as Metas do Milênio estabelecidas em Roma. E vamos cumprir porque temos condições e vamos cumprir porque queremos ser exemplo para que outros países priorizem a política de inclusão.

Hoje, no Brasil, muita gente fica assustada porque o consumo no Nordeste é maior do que o consumo na região Sul do País. Por uma única razão: aquele povo, durante muito tempo, não teve acesso ao mínimo alimentar. E hoje aquelas pessoas estão entrando em supermercado e estão levando comida para casa. Porque além da possibilidade de trabalho, essas pessoas começam, através da política de transferência de renda, a receber o mínimo de dignidade, que se tivessem recebido ao longo desse último século, o Brasil seria já uma grande potência e não um país emergente.

Quero dizer ao companheiro Diouf que fui convencido por ele agora a ir, dia 3 de junho em um encontro na Conferência da FAO, em Roma. E vou, companheiro Diouf, com a disposição de fazer o debate com a seriedade que precisa ter. Eu acho justas as preocupações, não reclamo daqueles que dizem que é perigoso que os biocombustíveis possam suprir a produção de alimentos. Até porque, eu acho que um cidadão ou uma cidadã que deixar de encher o seu “tanque” de alimento para encher o tanque do carro, precisa de um tratamento muito sério.

Ora, então é preciso que a gente não aceite a lógica e a dinâmica daqueles que olham o mundo apenas dentro do seu continente. Eu tenho dito,



em vários debates na Europa, quando forem discutir biodiesel não olhem para o seu território, onde está tudo arrumadinho. Tem países tão desenvolvidos que a agricultura, a produção está tão certinha que parece casa de recém-casado, tudo no lugar. Agora, olhem essas políticas para o continente africano, olhem o mundo pela lógica do continente africano, que não tem mais o direito de passar o século XXI sendo vítima da fome que foi no século XX e no século XIX. Olhem para a América Latina, a quantidade de países pobres, a poucas milhas dos Estados Unidos, e que passam fome do mesmo jeito. Porque quem determina a lógica da produção não são os próprios países. Quem determina a lógica dos fertilizantes não são os próprios países. Ora, então, é preciso...Eu estou vendo aqui o companheiro Maluf, presidente do Consea, é preciso, companheiro Maluf, que a gente crie um Consea em cada país do mundo para que a segurança alimentar faça parte da política de Estado e não apenas das políticas eventuais dos companheiros lutadores como você. No Brasil, nós já fizemos isso. Eu espero que o mundo faça isso, porque aí, quem sabe, o Celso vai ter mais facilidade de, na Rodada de Doha, aprovar um acordo em que o Brasil não precisa ganhar, mas a Europa e os Estados Unidos têm que ceder e quem têm que ganhar são os países mais pobres do mundo.

Muito obrigado e boa sorte.

(\$211A)